



2019

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BOA VISTA
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

PROCESSO N.º: 0817940-35.2019.8.23.0010.
REQUERENTE(s): OCILAN TAVARES DOS SANTOS.
REQUERIDO(s): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A.

SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO

I - RELATÓRIO:

1. OCILAN TAVARES DOS SANTOS ajuizou Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, já qualificados nos autos.
2. Aduz a parte requerente que deve receber sua metade do seguro Dpvat diante da morte de seu companheiro no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais).
3. A parte requerida foi devidamente citada e informou que já efetuou o pagamento do prêmio no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para a genitora do filho diante dos documentos apresentados de forma administrativa e requer a improcedência do feito.
4. Em réplica, a parte demandante informa que a certidão de casamento dá o embasamento para o pedido judicial, bem como os outros documentos anexos ao processo.
5. É sucinto o relatório. **DECIDO.**



2019

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BOA VISTA
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

II - FUNDAMENTAÇÃO:

6. **Preliminar – Ausência de documentos.** REJEITO a preliminar de ausência de documentos essenciais, uma vez que foram apresentados no EP 17.
7. Não havendo mais preliminares a ser enfrentada, tampouco qualquer matéria de ordem pública a ser conhecida de ofício, assim passo ao exame do mérito.
8. Sem maiores delongas, entendo que o processo deve ser julgado improcedente, explico.
9. A parte incontroversa da demanda é que o senhor OCILAN TAVARES DOS SANTOS conviveu em união civil com o senhor DAVI BRASIL BARROS, conforme certidão do Registro Civil anexa ao processo.
10. Em razão disso, com todos os reflexos jurídicos desta relação jurídica.
11. A parte controvertida é saber se a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A praticou algum ato ilícito, na órbita civil, ao promover o pagamento do prêmio do seguro automotor somente à pessoa que se habilitou perante seus prepostos.
12. Não podemos perder de vista que parte autora escolheu propor a ação somente contra a empresa SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. Como se vê, neste processo não foi acionada a pessoa e/ou pessoas que teriam recebido o respectivo valor do seguro.



2019

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BOA VISTA**
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

13. Embora não seja objeto da presente demanda, acredito que não existe dúvida do direito do autor ao recebimento da meação do prêmio do seguro. No entanto, na minha avaliação, a demanda foi direcionada equivocadamente contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, quando o correto seria contra àquele que teria, possivelmente, apropriado indevidamente de sua meação.
14. Vejamos: consta nos autos a certidão de óbito informa claramente que o falecido senhor Davi Brasil Barros era “solteiro” e que tinha deixado um filho (único herdeiro). Esse documento foi apresentado à ré, e, com base nele foi efetuado o pagamento do seguro a pessoa identificada como único herdeiro do falecido.
15. Dessa forma, a seguradora líder efetuou o pagamento administrativo de forma correta com os documentos apresentados à época, demonstrando que não tem mais responsabilidade sobre o fato ocorrido.
16. Nesse sentido, verifico que a instituição não tem mais responsabilidade para promover a indenização, já que não tinha como saber da relação conjugal com a parte autora. O ato ilícito civilmente, se praticado por alguém, não foi pela parte requerida ou seus prepostos.
17. Diante da ausência de provas em responsabilizar a parte requerida, entendo por julgar improcedente esta ação.

III - DISPOSITIVO:

18. Em face do exposto, por tudo que dos autos constam, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 274 do Novo Código de Processo Civil,



2019

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BOA VISTA**
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO DO(A) AUTOR(A), extinguindo-se o processo com resolução de mérito, com base no Artigo 487, inciso I do Novo Código de Processo Civil.

19. Condene a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 15% (vinte por cento) do valor da causa. Ônus suspensos por cinco anos por ser a parte beneficiária da judiciária gratuita, nos termos do art. 98¹, § 3.º do Novo Código de Processo Civil.
20. Certifique o cartório o trânsito em julgado desta decisão.
21. Na hipótese de apresentação de embargos de declaração por uma das partes, intime-se a parte contrária, via sistema virtual, para apresentar as contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias, após retornem-me os autos conclusos para a decisão, ficam as partes advertidas que em caso de ser protelatório será condenado em multa processual, nos termos do artigo 1026, § 2º, do Código de Processo Civil.
22. Havendo recurso da presente sentença, certifique-se acerca da tempestividade e intime-se a parte contrária, via Projudi, para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias e após remetam-se os

¹ Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. [...] § 3.º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequente ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.



2019

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BOA VISTA
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

autos à instância superiora, nos termos do artigo 1.010, § 1º, do Código de Processo Civil.

23. Não havendo recurso, dê-se baixa e arquivem-se os autos.
24. Para se alcançar maior celeridade e agilidade na tramitação dos processos, nos termos do inciso XIV² do Artigo 93 da Constituição Federal, determino aos servidores do Cartório desta Vara para adotar os comandos e procedimentos ordinatórios, sem caráter decisório, objetivando a rápida solução da demanda e finalização da prestação jurisdicional, ainda que isso importe em outros atos de caráter conciliatório, administração e executórios, que deverão ser reduzidos a termo o Ato Ordinatório (Portaria Conjunta n.º 001/2016 - publicada no DJe n.º 5876) ou lavrada a respectiva certidão.
25. Publique-se. Registre. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, data constante do sistema.

Jarbas Lacerda de Miranda
Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível
(assinado digitalmente)

² XIV - os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).